

Sarney adverte que pobreza poderá causar convulsão

PETROLÂNDIA, PE — Sem se referir uma única vez à Constituinte, o presidente José Sarney advertiu para os riscos de convulsão social a que o país estará sujeito no futuro, caso o governo federal não consiga realizar as obras que os estados pobres não terão condições de executar. "Se os estados pobres não tiverem condições de participar do bolo da riqueza nacional, não sei se o povo vai aceitar de olhos fechados e cabeça baixa esta injustiça", disse Sarney ao final de um longo discurso pronunciado na inauguração da hidrelétrica de Itaparica, neste município pernambucano da margem do São Francisco, a 450 quilômetros de Recife.

O presidente Sarney lembrou que a crise de recursos que o Estado enfrenta tornou muito difícil a conclusão de Itaparica, obra que custou US\$ 1,7 bilhão. "Mas não sei se no futuro teremos condições de dar continuidade a obras como esta", disse.

Realizações — Na inauguração da usina de Itaparica Sarney fez um discurso de defesa do seu governo, que, segundo disse "fez mais pelo povo pobre do que qualquer outro". Lembrou "as milhares de creches espalhadas pelos lugares mais escondidos do país, onde as reportagens da imprensa não chegam" e citou os 6 milhões de litros de leite distribuídos às crianças pobres. Falou também no seguro-desemprego.

Sarney admitiu que nem tudo foi feito. "Coube a mim governar o Brasil num período de graves dificuldades econômicas", disse Sarney. Admitiu que a inflação está alta e continua crescendo, mas alegou que quando assumiu o governo ela já existia.

"A diferença da inflação de agora com a de antes é que os salários dos trabalhadores eram reajustados semestralmente e hoje temos o reajuste mensal para corrigir a consequência mais cruel da inflação", disse o presidente Sarney. No palanque estavam o governador de Pernambuco, Miguel Arraes e os ministros João Alves (Interior), Prisco Viana (Habitação), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Aureliano Chaves (Minas e Energia). Cerca de 1 mil pessoas, a maioria operários da obra, formavam a assistência.

Sucessão — "O processo sucessório ainda não foi deflagrado", disse o presidente Sarney em rápido contato com os jornalistas, depois de inaugurar a hidrelétrica de Itaparica. Acrescentou, porém, que o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tem todas as condições para aspirar a sucedê-lo. "Trata-se de um grande patriota, um grande brasileiro", disse Sarney.

Também o governador Miguel Arraes recusou-se a considerar a candidatura de Ulysses fato consumado. "Nós estamos prontos para apoiar o candidato do PMDB, mas não está definido que será o doutor Ulysses", ressaltou. "Ainda teremos as eleições municipais e muita coisa pode acontecer. O próprio Ulysses não vê as coisas como sendo obrigatórias".

Constituição entrará em vigor causando dúvidas sobre os novos direitos

Teresa Cardoso

BRASÍLIA — A mulher que tiver filho no dia 4 de outubro terá 90 dias de licença-gestante, como prevê a lei atual, ou os 120 dias previstos na futura Constituição, que entrará em vigor no dia seguinte? O trabalhador que estiver gozando seu último dia de férias em 5 de outubro poderá reivindicar 33% sobre o salário, com base no novo texto constitucional? E a mãe presidiária terá direito a amamentar o filho na prisão já a partir da data da promulgação da Carta?

Essas questões, e muitas outras, deverão surgir logo no primeiro dia de vigência da Constituição, que o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, chama de "dia da incerteza", embora ressaltando que não será o caos. "Vai começar uma transição do sistema velho para o novo e, naturalmente, haverá uma incerteza jurídica, mas isso é normal e tem até um nome. Chama-se direito intertemporal e significa a extinção de uma lei em consequência da entrada em vigência de outra."

"O que isso vai resultar é numa confusão dos diabos", prevê, a sua maneira, o líder do PFL, deputado José Lourenço. Mas Jobim tranquiliza: muitos casos nem precisarão ser sanados na Justiça, porque os próprios detentores de direitos e obrigações resolverão suas dificuldades com a simples leitura da nova Constituição.

Na opinião do líder do PMDB, os sindicatos de trabalhadores e de patrões não terão dificuldades em entender-se na aplicação dos novos direitos conquistados pelos empregados. E, como legislador, ele já adianta uma interpretação para o caso do trabalhador que tiver ainda dez dias de férias no momento em que a nova Constituição for promulgada: "Para esse haverá o direito a um terço de remuneração sobre dez dias de salário".

Jobim aplica, nesse exemplo, o artigo 7º dos Direitos Sociais, que garante ao trabalhador "gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal". Quanto à licença-gestante da mulher que der à luz na véspera da promulgação da nova Carta, interpreta que "o direito se consubstancia no momento em que a criança nasce". Portanto, essa mulher gozará 120, e não apenas 90 dias de licença, a mesma interpretação se aplicando aos cinco dias a que agora terá direito o pai do bebê.

"Uns vão dizer que o direito subjetivo do pai teria que vigor no dia do nascimento e não um dia depois, mas eu entendo que não", comenta Jobim, antecipando dúvidas que poderão surgir a partir do dia 6 de outubro. Ele reconhece que muitas questões serão decididas na Justiça, permitindo a estréia do mandado de injunção — instrumento que a futura Constituição concederá ao cidadão que se julgar lesado em seus direitos.

Por exemplo: a presidiária que não conseguir autorização para ficar com seu bebê durante o período de amamentação poderá impetrar mandado de injunção, para obrigar o diretor da prisão onde cumpre pena a cumprir o artigo 5º da Constituição.

Quem procurar o SNI (a sede é no quarto andar do Palácio do Planalto) no dia 6 de outubro para conhecer a ficha com registros referentes a sua pessoa, e não for atendido, poderá recorrer ao habeas data. O acusado que, mesmo tendo carteira de identidade, for coagido pela polícia a registrar suas impressões poderá impetrar mandado de segurança, para proteger-se contra abuso de poder.

Outra questão que, seguramente, movimentará as bancas de advocacia é a do prazo de prescrição das ações trabalhistas, hoje fixado em dois anos. Se a ação que um empregado urbano tem direito a mover contra seu patrão prescrever na véspera da promulgação do novo texto constitucional, ele disporá de mais três anos para agir, ou seu direito se extinguiu junto com a antiga lei? Só o Judiciário poderá responder.

Quanto aos racistas, é bom ter cuidado a partir do 6 de outubro, porque a Constituição é muito clara. O racismo passará a ser crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão. E, pelo menos na Constituinte, ninguém tem dificuldades para interpretar esse texto.



Arraes apelou à unidade e foi aplaudido por Sarney, Aureliano e Antônio Carlos

Waldir não é convidado e se queixa

SALVADOR — Por não ter sido convidado pelo presidente José Sarney, que veio mais uma vez à Bahia sem avisá-lo, o governador Waldir Pires enviou telex, ao Palácio do Planalto, justificando sua ausência na solenidade de inauguração da usina hidrelétrica de Itaparica.

Acompanhado do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o presidente Sarney desembarcou no município de Paulo Afonso, na Bahia, e seguiu de ônibus para a usina de

Itaparica, distante 35 quilômetros e já em território de Pernambuco.

O telex encaminhado à noite ao Planalto diz o seguinte:

"Presidente José Sarney,

Em solenidade oficial do governo da União a que comparece o presidente da República, o governador do estado somente pode estar presente quando devidamente convidado pelo chefe da nação, na observância dos princípios republicanos e federativos.

Não o tendo sido, deixei de comparecer à chegada de V. Excia hoje à terra baiana de Paulo Afonso, em direção ao ato inauguratório de importante etapa das obras da hidrelétrica de Itaparica.

Cumpro o dever, como governador da Bahia, no exercício da alta dignidade desta investidura, que a soberania popular me conferiu, de considerar apresentadas ao presidente da República as boas-vindas da Bahia, do seu foro e do governo do estado.

Waldir Pires"

Festa para promulgação da Nova Carta no dia 5 terá dois mil convites

BRASÍLIA — A gráfica do Senado Federal já está imprimindo os 2.000 convites para a solenidade de promulgação da Nova Constituição. Serão convidados ministros de estado, governadores, embaixadores, presidentes de assembleias legislativas, presidentes dos parlamentos do Continente Americano (com exceção do Chile e do Haiti que não possuem parlamento), dos países africanos cujo idioma oficial do país seja o português e os presidentes dos parlamentos português e espanhol.

Cada constituinte terá direito a um convite que poderá ser distribuído a qualquer pessoa de seu conhecimento. O convite, segundo o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins, trará as informações de praxe, um mapa das galerias (que durante a festa serão denominadas de tribunas) orientando o convidado quanto a localização de seu assento. Na parte lateral contem um ticket descartável dando direito a uma vaga em um dos estacionamentos do Congresso.

A sessão deverá ter uma duração de aproximadamente 45 minutos. Sobre a mesa deverão estar cinco exemplares da nova Constituição, já assinados por todos os constituintes. Ulysses Guimarães assina já estes exemplares e declarará promulgada a nova Constituição. Estas exemplares seguirão uma para a Presidência da República, uma para a Câmara dos Deputados, uma para o Senado Federal, uma para o Arquivo Nacional e uma para o Supremo Tribunal Federal.

Em seguida o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães lê o termo de compromisso, jurando zelar e manter a nova carta. A leitura é feita lentamente e repetida por todos os constituintes. Logo após, o mesmo termo é lido pelo Presidente da República e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Encerrada a solenidade, será servido um coquetel a todos os convidados no Salão negro da Câmara dos Deputados.

Ainda se encontra em estudos, a realização de uma grande festa na parte externa do Congresso Nacional. Até o momento está previsto uma salva de tiros, revista a tropas e a montagem de um palanque defronte o Congresso onde seria realizado um grande show popular. O responsável por esta parte da festa é o deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) que acredita ter na próxima semana uma programação oficial pronta.